

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE VACARIA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

JOÃO ARTHUR BIZZOTTO FORTUNA

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET À LUZ DA
RESPONSABILIDADE CIVIL BRASILEIRA E DO MARCO CIVIL DA INTERNET
(LEI 12.965/2014)**

**VACARIA
2025**

JOÃO ARTHUR BIZZOTTO FORTUNA

**OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET À LUZ DA
RESPONSABILIDADE CIVIL BRASILEIRA E DO MARCO CIVIL DA INTERNET
(LEI 12.965/2014)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Direito da
Universidade de Caxias do Sul, Campus Vacaria,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Naura Teresinha Rech.

Aprovado em: 04/07/2025.

Banca Examinadora

Professora Naura Teresinha Rech
Universidade de Caxias do Sul

Professor Aline Maria Trindade Ramos
Universidade de Caxias do Sul

Professor Felipe Vanin Rizzon
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre se orgulham das minhas conquistas; à minha vó, que me cuida desde o nascimento; à minha namorada, que sempre me acompanha em minhas escolhas; e aos meus amigos, que sempre estão ao meu lado.

Agradecimentos

A busca por qualquer graduação é sempre uma tarefa árdua, desde a escolha do curso, até a rotina da atuação como profissional posterior à sua conclusão. Naturalmente, como muitas outras experiências humanas, essa também não precisa ser enfrentada sozinho. Logo, não poderia deixar de manifestar meus sinceros e merecidos votos de agradecimento às pessoas que me permitiram suportar o percurso até a este momento.

Agradeço a todos os professores que passaram pela minha trajetória, desde o ensino fundamental, onde fui alfabetizado, até os que me acompanharam durante a graduação. Quando penso em quantas pessoas deixaram marcas de aprendizado em minha vida, sinto-me extremamente sortudo por ter convivido com tantos profissionais que além de muito gabaritados, também eram muito humanos, e por isso, me conduziram no caminho do saber com maestria.

Agradeço especialmente à professora Naura Teresinha Rech e ao professor Felipe Vanin Rizzon, por além de agregarem à minha jornada como estudante universitário, nutrindo o amor pelos conhecimentos jurídicos, também despertaram em mim um sentimento de amizade que com certeza irei valorizar eternamente.

Agradeço aos meus pais, Ana Paula Bizzotto e Neuri Adão de Lima Fortuna, os quais sempre apoiaram com muito amor a minha decisão e não mediram esforços para que eu pudesse ter a estrutura necessária, tanto econômica quanto acadêmica, para completar o curso. Aqui, também agradeço à minha avó, Maria Parizotto Bizotto, que me criou como seu filho e por muito tempo me acolheu no ceio de sua casa, sendo um exemplo de carinho e cumplicidade em minha vida.

Da mesma forma, agradeço aos meus tios e tias, aos meus irmãos, aos meus primos, aos meus sobrinhos, ao meu padrasto, à minha madrasta e aos meus amigos mais próximos que me acompanharam no decorrer dos anos de curso, mantendo o meu bom humor em dia e me fazendo companhia na estrada da vida. Com certeza devo muito do que sou à vocês também, e dou muito valor e importância à presença de cada um no meu dia a dia.

Ainda nos agradecimentos à família, agradeço à minha namorada, Alice Pagot Marodin, com quem divido meus maiores momentos de amor, de cumplicidade e de amizade, que se dispôs a me cuidar, me alegrar e a me motivar dentro deste percurso.

Também agradeço à Evelyn Araldi Boschi, escritã do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com quem tive o privilégio de estagiar junto ao cartório da Primeira Vara

Cível da Comarca de Vacaria, local que muito contribuiu para minha formação enquanto acadêmico e ser humano.

Por fim, gostaria de registrar um agradecimento especial à memória de Nathan Gomes Corona, meu professor de guitarra e violão na adolescência, além de um amigo querido, também formado em direito pela Universidade de Caxias do Sul, pessoa ímpar cujo contato me permitiu despertar o interesse pelo curso e me inspirou a trilhar o caminho que escolhi.

“(...) Mas para viver fora da lei, você precisa ser honesto”.

(Bob Dylan, músico, 1941 – presente).

Resumo

Este trabalho aborda o desafio de equilibrar a liberdade de expressão com a responsabilidade civil no contexto da internet, especialmente à luz do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). O objetivo é analisar como esses institutos jurídicos podem atuar como limitadores da liberdade de expressão, garantindo a proteção dos direitos personalíssimos e a convivência social saudável no ambiente virtual. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e análise de jurisprudências, recordando o raciocínio jurídico desde as primeiras decisões judiciais até a implementação do Marco Civil. Os resultados demonstram que, embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, ela não é absoluta e pode ser restringida quando colide com outros direitos, como a honra e a dignidade das pessoas. A pesquisa conclui que a responsabilidade civil e o Marco Civil da Internet são ferramentas essenciais para regular as manifestações na esfera digital, permitindo a responsabilização por abusos e a reparação de danos, o que contribui para um uso mais consciente e respeitoso da liberdade de expressão na internet. Assim, o trabalho busca esclarecer a importância de um marco regulatório que promova um equilíbrio entre os direitos individuais e a liberdade de manifestação, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Responsabilidade civil. Marco Civil da Internet. Direitos personalíssimos. Regulamentação da internet.

Resumen

Este trabajo aborda el desafío de equilibrar la libertad de expresión con la responsabilidad civil en el contexto de Internet, especialmente a la luz del Marco Civil de Internet (Ley 12.965/2014). El objetivo es analizar cómo estos institutos jurídicos pueden actuar como limitadores de la libertad de expresión, garantizando la protección de los derechos personalísimos y la convivencia social saludable en el entorno virtual. Para ello, la investigación se desarrolló mediante una revisión bibliográfica y análisis de jurisprudencias, trazando una línea de tiempo desde las primeras decisiones judiciales hasta la implementación del Marco Civil. Los resultados demuestran que, aunque la libertad de expresión es un derecho fundamental, no es absoluto y puede ser restringido cuando colisiona con otros derechos, como el honor y la dignidad de las personas. La investigación concluye que la responsabilidad civil y el Marco Civil de Internet son herramientas esenciales para regular las manifestaciones en la esfera digital, permitiendo la responsabilización por abusos y la reparación de daños, lo que contribuye a un uso más consciente y respetuoso de la libertad de expresión en Internet. Así, el trabajo busca esclarecer la importancia de un marco regulatorio que promueva un equilibrio entre los derechos individuales y la libertad de manifestación, esencial para la construcción de una sociedad más justa y respetuosa.

Palabras clave: Libertad de expresión. Responsabilidad civil. Marco Civil de Internet. Derechos personalísimos. Regulación de Internet.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS FUNDAMENTOS DO MUNDO VIRTUAL.....	12
2.1 O AMBIENTE VIRTUAL E SEUS CONCEITOS.....	12
2.2 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	16
2.3 OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	20
3. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE RESPONSABILIZAÇÃO POR CONTEÚDOS OFENSIVOS.....	24
3.1 A RESPONSABILIDADE CIVIL	24
3.2 O MARCO CIVIL DA INTERNET E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS PROVEDORES POR ATOS ILÍCITOS PRATICADOS NO AMBIENTE VIRTUAL.....	28
4. ANÁLISE DO CONTEÚDO OFENSIVO E DOS PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA.....	34
4.1 CONTEÚDO OFENSIVO E SUA GRAVIDADE.....	34
4.2 O USUÁRIO DE REDE SOCIAL COMO CONSUMIDOR DE SERVIÇO E A REMOÇÃO DE CONTEÚDO OFENSIVO.....	36
4.3 CONTRARRREAÇÕES JURÍDICAS: O ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS NA APLICAÇÃO DA LEI E RESPONSABILIZAÇÃO DO OFENSOR.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6. REFERÊNCIAS.....	47

1. Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema central "Os limites da liberdade de expressão à luz da responsabilidade civil brasileira e do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014)". O objetivo é analisar o direito à liberdade de expressão, sua extensão no contexto da internet e como a responsabilidade civil brasileira se relaciona com as questões emergentes desse fenômeno, desde as primeiras jurisprudências até a promulgação do Marco Civil da Internet. Esta legislação foi crucial para regular atos ilícitos praticados na esfera virtual, estabelecendo diretrizes para a responsabilização civil dos usuários.

A escolha deste tema se justifica pela relevância do assunto nos debates atuais, especialmente no âmbito político, que despertam a curiosidade dos cidadãos. A internet tornou-se uma parte indissociável da vida contemporânea, desempenhando um papel central nas interações sociais, no trabalho e no entretenimento. Com a popularização das redes sociais e dos dispositivos móveis, a desconexão do mundo virtual se tornou cada vez mais difícil, o que intensifica a necessidade de um entendimento aprofundado sobre os limites da liberdade de expressão nesse contexto.

Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, é evidente que seu exercício desmedido pode resultar em condutas questionáveis. Portanto, é imprescindível que o sistema jurídico brasileiro atue para proteger os cidadãos de abusos que possam ocorrer no ambiente digital. Assim, este trabalho se concentrará na análise da responsabilidade civil e do Marco Civil da Internet como instrumentos limitadores da liberdade de expressão, explorando os conceitos fundamentais de cada um e como o Judiciário brasileiro tem resolvido os conflitos originados na esfera virtual.

Para isso, a pesquisa se debruçará sobre alguns tópicos centrais, como a definição e importância da liberdade de expressão; o conceito de responsabilidade civil e sua aplicação em conflitos virtuais; os principais aspectos do Marco Civil da Internet e suas implicações para a proteção dos direitos personalíssimos; bem como a atuação desses institutos como reguladores da liberdade de expressão.

A formulação do problema de pesquisa busca responder como a responsabilidade civil e o Marco Civil da Internet podem atuar como instrumentos necessários para fiscalizar o exercício da liberdade de expressão, e de que maneira o ordenamento jurídico brasileiro operacionaliza essa proteção. A investigação se propõe a identificar a posição jurisprudencial e legal acerca das manifestações abusivas na internet, buscando entender o uso razoável do direito à liberdade de expressão sem incorrer em excessos.

Diante do cenário atual, onde a internet é um espaço propício para a disseminação de condutas ilícitas, a necessidade de uma abordagem cuidadosa, tanto legislativa quanto jurídica é evidente. Portanto, este trabalho visa contribuir para o debate acadêmico sobre a responsabilidade civil e o Marco Civil da Internet, apresentando novas perspectivas e analisando casos práticos, reconhecendo que todos podem ser vítimas de abusos na rede.

2. Análise jurídica acerca da liberdade de expressão e os fundamentos do mundo virtual

Na atualidade, a tecnologia trouxe para a sociedade uma nova esfera de convivência, o mundo virtual, no qual as pessoas passaram a exercer suas profissões, expor seus pensamentos, registrar momentos, divulgar ideias, entre outros aspectos. O inegável avanço da era tecnológica tornou o relacionamento social algo mais dinâmico e complexo, e que por consequência também trouxe novos problemas e desafios a serem superados. Entre eles, o destaque irá para a limitação do direito à liberdade de expressão, no sentido de buscar a responsabilização daqueles que, sob o pretexto do exercício deste direito, cometem atos ilícitos.

Para tanto, é necessário entender o que cada um desses conceitos significa de acordo com o nosso ordenamento jurídico, de modo a tornar mais claro como essas ideias se aplicam na prática e demonstrar como funcionam os limites da liberdade de expressão à luz do instrumento da responsabilidade civil brasileira e do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).

Sendo assim, o objetivo deste primeiro capítulo será a apresentação dos conceitos fundamentais para compreensão do tema central do trabalho de conclusão, de modo a facilitar na organização do restante da pesquisa. Assim, os tópicos a seguir abordarão os alicerces do desenvolvimento geral.

2.1 O ambiente virtual e seus conceitos

Nos anos de 1960, no auge do período de tensão geopolítica entre os Estados Unidos da América e a União Soviética após a segunda guerra mundial, conhecido como “Guerra Fria”, a humanidade deu início ao desenvolvimento de uma das invenções que mudaria todo o rumo da história global. Naquela época, o mundo se encontrava dividido entre as ideologias das duas nações citadas, de modo que ambas passaram a disputar a soberania em todos os aspectos da sociedade, desde econômicos, culturais e esportivos, até científicos e militares.

Nesse contexto, surge a ARPANET, uma rede de computadores desenvolvida por uma agência vinculada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, capaz de possibilitar vários grupos de pesquisa a trabalharem em conjunto, de modo a compartilhar on-line o tempo de computação. A primeira demonstração bem-sucedida desta tecnologia se deu em 1972, em uma conferência internacional realizada em Washington. A partir desse momento, a agência entendeu que precisava evoluir seu projeto para o próximo nível, e passou a perseguir um novo conceito de funcionamento para o sistema: uma rede de computadores interagindo com outras redes de computadores. (CASTELLS, Manuel, 2003, p. 13-19).

Em meados de 1978, as pesquisas evoluíram ao ponto de desenvolver os chamados “protocolo de controle de transmissão” e “protocolo intrarede”, que juntos foram batizados de TCP/IP, padrão no qual a internet segue operando até hoje. Sua função é garantir o trânsito da comunicação entre os computadores e as respectivas redes, sendo essencial para o funcionamento eficiente e confiável do sistema.

Em fevereiro de 1990, a ARPANET já era considerada obsoleta, sendo retirada de operação. Desse momento em diante, o caráter militar do projeto perdeu sua força, e o governo americano entendeu por repassar a administração do uso desta tecnologia à *National Science Foundation* (NSF). No entanto, pouco tempo depois o mecanismo da rede de computadores se tornou domínio público, e a NSF entendeu por privatizar a internet. O Departamento de Defesa incentivou a comercialização da tecnologia e financiou a fabricação de computadores nos EUA para incluir o TCP/IP em seus protocolos, e assim, ao longo dos anos 90 a maioria dos computadores possuíam capacidade de ingressar na rede. (CASTELLS, Manuel, 2003, p. 13-19).

A empolgação do setor privado com as possibilidades levantadas pelo uso da internet era tamanha, que rapidamente criou-se uma rede mundial de computadores, e dessa forma, essa ferramenta tornou-se implacável e imprescindível na idade contemporânea.

Uma vez consolidada como uma tecnologia confiável, é evidente que o setor privado da economia nutriu grande interesse pela internet e suas possibilidades, de modo que ela passou a figurar como um importante produto econômico, pois por meio dela surgiram empresas capazes de comercializar o acesso a ela, bem como construir e sustentar a infraestrutura por trás do seu funcionamento, além de diversas outras classes empresariais, que então desenvolveram outras formas de fazer dinheiro através do uso da internet, seja fornecendo serviços de processamento de dados inseridos na rede, ou de armazenamento e hospedagem desses dados. (CASTELLS, Manuel, 2003, p. 13-19).

Assim, nasce o conceito de “provedor de internet”, tema de importante compreensão para se poder avançar na proposta central eleita para este trabalho de conclusão. Mas afinal, o que é um provedor de internet?

Para o Superior Tribunal de Justiça, provedores são classificados como um gênero de pessoas jurídicas, capazes de oferecerem serviços relacionados ao funcionamento da rede mundial de computadores, ou por meio dela.

No entendimento da Corte Superior, as espécies desse gênero abrangem as seguintes categorias: (i) provedores de *backbone* (espinha dorsal), que detêm estrutura de rede capaz de processar grandes volumes de informação, oferecendo infraestrutura a terceiros para exercerem

serviços aos usuários; (ii) provedores de acesso, que adquirem a infraestrutura fornecida pelos provedores *backbone* e revendem o acesso aos usuários, possibilitando o acesso à internet; (iii) provedores de hospedagem, que armazenam dados de terceiros e fornecem acesso remoto; (iv) provedores de informação, que produzem informações divulgadas na internet; e por fim, (v) provedores de conteúdo, que disponibilizam dados criados pelos provedores de informação ou pelos usuários da web.¹

Segundo João Quinelato de Queiroz (2019), os provedores *backbone* são aqueles cujo papel é aprontar a conectividade da internet, sendo empresas detentoras de grande capacidade de informação, oferecendo infraestrutura a terceiros que repassam o serviço de acesso para usuários finais. Alguns exemplos seriam a Embratel, a Oi, a TIM, a CTBC, a KDD Nethal, o UOL, entre tantos outros. Ainda, empresas como Oi e Velox são exemplos de provedores de acesso, que visam permitir que o usuário receba a conexão de internet em sua casa, podendo ser responsabilizados nos casos em que essa prestação não seja satisfatória, como quando ocorre queda no rendimento da rede de internet fornecida. Por sua vez, os provedores de hospedagem são empresas como os servidores de e-mails corporativos, que realizam o armazenamento de dados de terceiro, de modo a permitir o acesso remoto à esses dados por seus usuários. Já os provedores de informação, são pessoas jurídicas que “de forma profissional, habitual e empresarialmente organizada, produzem editorialmente o conteúdo a ser publicado na internet, como os veículos de informação da mídia tradicional (...)”, como as empresas O Globo e Folha de São Paulo, por exemplo. Por fim, os provedores de conteúdo são aqueles capazes de disponibilizar na rede os dados criados ou desenvolvidos pelos seus usuários ou pelos provedores de informação, como o Google.

O Marco Civil da Internet (BRASIL, Lei 12.965/2014) disciplinou, em seu artigo 5.^{o2}, alguns conceitos fundamentais relacionados ao mundo virtual, e ainda, no artigo 15 do referido

¹ STJ, REsp 1.308.830/RS, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ. 08/05/2012.

² “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

II - terminal: o computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet;

III - endereço de protocolo de internet (endereço IP): o código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais;

IV - administrador de sistema autônomo: a pessoa física ou jurídica que administra blocos de endereço IP específicos e o respectivo sistema autônomo de roteamento, devidamente cadastrada no ente nacional responsável pelo registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País;

V - conexão à internet: a habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP;

VI - registro de conexão: o conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à internet, sua duração e o endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados;

diploma legal, determinou o que é um provedor, definindo-o como pessoa jurídica que exerça o papel de prover aplicações de internet de forma organizada, profissional e para fins econômicos. No entanto, como bem observado por João Quinelato de Queiroz (2019), o legislador optou por não definir um rol de espécies de provedores tal qual foi feito pela jurisprudência da Corte Superior brasileira, de modo que a construção destas espécies deve ser realizada pelo intérprete.

Assim, analisando conjuntamente o artigo 5.º, incisos V e VII, com o artigo 15, ambos do Marco Civil da Internet, percebe-se que a legislação brasileira optou por definir o provedor de aplicações como pessoa jurídica, em alguns casos até física, que fornece um apanhado de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal de internet (computador ou qualquer outro dispositivo com acesso à rede mundial). É possível citar o Facebook, o Instagram, o X (antiga rede social Twitter), e outras redes sociais de mesmo estilo, como exemplos dessa categoria de provedores.

O presente trabalho abordará como base, portanto, a referida definição, partindo ainda da interpretação do autor João Quinelato de Queiroz (2019), que estabeleceu:

“(...) provedor de aplicações de internet é uma pessoa jurídica, que disponibiliza o acesso a um conjunto de aplicações que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos.”

Via de regra, os provedores de aplicação não produzem conteúdos nem dispõe seu pessoal para serviços editoriais. Eles restringem sua atuação a disponibilizar aplicações para que os terceiros, sejam eles usuários finais ou novos provedores, produzam o conteúdo que ali será publicado.

Portanto, a partir desse conceito, surge a esfera de convivência virtual, manifestada através das redes sociais (provedores de aplicação), que traz o debate acerca da noção de conteúdo gerado por terceiro, e como incide a causalidade da responsabilidade civil dos provedores de aplicação, um dos pontos a ser abordado ao longo do presente trabalho.

VII - aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet; e

VIII - registros de acesso a aplicações de internet: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP".

2.2 A liberdade de expressão como direito fundamental

A liberdade de expressão é um direito fundamental, inserido na legislação brasileira por meio da Constituição Federal, que garante a livre manifestação de pensamento dos cidadãos brasileiros, desde que não seja exercida por meio do anonimato, conforme artigo 5.º, inciso IV, da própria Constituição Federal³.

Note-se que o referido inciso prega justamente sobre a “livre manifestação do pensamento”, o qual é extremamente importante porque por meio deste direito se garante a voz dos cidadãos do país, permitindo que eles manifestem suas ideologias e posicionamentos políticos, o que é fundamental na sociedade contemporânea, principalmente sob a perspectiva da construção de um Estado Democrática de Direito.

No contexto atual, a liberdade de expressão precisa ser entendida não como um mero direito, mas sim como um conjunto de direitos que formam, por sua vez, o direito à liberdade de comunicação. Assim, é preciso observar que a sociedade humana desenvolveu diversas maneiras de manifestar suas expressões, e dessa forma o direito de expressar-se livremente reúne uma série de “liberdades fundamentais que devem ser asseguradas conjuntamente para se garantir a liberdade de expressão no seu sentido total”. (MAGALHÃES, José Luiz Quadros de, 2008, p. 74).

Portanto, embora a ideia de liberdade de expressão esteja inserida, inicialmente, no artigo 5.º, inciso IV, da Constituição Federal, ante toda a magnitude que tal direito representa, é preciso analisar tal inciso em conjunto de outras normas também expressas na Constituição Federal.

Segundo Jose Afonso da Silva (2000, p. 247):

A liberdade de comunicação consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII, e XIV do art. 5º combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição. Compreende ela as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento e de informação, e a organização dos meios de comunicação, está sujeita a regime jurídico especial.

³ Artigo 5.º da Constituição Federal: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...).

Destarte, pode-se dizer que a liberdade de expressão sustenta uma série de outros direitos, como por exemplo o direito à liberdade de reunião, de informar e de ser informado, a liberdade de imprensa, a liberdade religiosa, o direito de resposta, o direito de réplica política, entre outros. Conclui-se, portanto, que a ideia extraída da liberdade de expressão deve ser a mais ampla possível.

Ainda, no que diz respeito à fundamentação da liberdade de expressão, é possível observar duas vertentes principais na elaboração deste tema, cuja definição encontrada por cada uma delas impõe consequências no modo de sua regulamentação, sendo que de um lado observa-se uma doutrina que garante aos sujeitos um espaço irredutível de autonomia para as próprias realizações pessoais, enquanto a outra face entende como um processo social de discussão de assuntos públicos, senão vejamos.

Para entender melhor a bipartição destas ideias, é necessário conhecer o contexto dos Estados Unidos na discussão da liberdade de expressão, constitucionalizada em 1791 pela primeira emenda⁴, mas que ainda possui amplitude e profundidade na explanação do tema.

Todavia, importante salientar que os debates acerca da intervenção normativa no direito à liberdade de expressão estão presentes em todas as democracias de um modo geral, porém observar o modo estadunidense de tratar o tema auxilia melhor na compreensão brasileira, quanto mais porque os julgados no Brasil com relação à esta esfera invocam muitas das teorias jurídicas desenvolvidas em solo norte-americano, principalmente no que diz respeito ao Marco Civil da Internet e à responsabilidade civil dos provedores.

Assim, nos Estados Unidos é possível constatar, embora existam outras ideias que possam contribuir para o debate em questão mas que não serão aprofundadas no presente trabalho, duas grandes correntes acerca da liberdade de expressão: o liberalismo individual e o republicanismo cívico.

O republicanismo cívico é uma tradição política que enfatiza a importância da cidadania ativa e do bem comum na construção de uma sociedade democrática. Essa abordagem defende que a verdadeira liberdade não se limita à ausência de restrições, mas inclui a

⁴ “Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances”. ESTADOS UNIDOS. Constitution. First Amendment. Disponível em:

[https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#:~:text=Amendment%20XVII%20\(1913\),The%20Senate%20of%20the%20United%20States%20shall%20be%20composed%20of,Senator%20shall%20have%20one%20vote.&text=This%20amendment%20shall%20not%20be,as%20part%20of%20the%20Constitution.](https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#:~:text=Amendment%20XVII%20(1913),The%20Senate%20of%20the%20United%20States%20shall%20be%20composed%20of,Senator%20shall%20have%20one%20vote.&text=This%20amendment%20shall%20not%20be,as%20part%20of%20the%20Constitution.)
Acesso em 17 de maio de 2025.

participação ativa dos cidadãos no debate público e na vida política, de modo a se buscar o ideal de bem-estar geral (SUNSTEIN, Cass R., 1993).

Dessa forma, no entendimento de Cass Robert Sustein (1998), para uma democracia ser desenvolvida com êxito, a deliberação política não deveria derivar do agregado de interesses privados preconcebidos, mas sim de um processo em que todos os participantes estivessem em prol do atendimento de um consenso amplo do bem comum, e que mesmo os interesses privados estivessem condicionados neste mesmo ideal. Assim, os direitos individuais estariam justificados na adequação da promoção e realização desse processo deliberativo constante, de modo que a liberdade de expressão deveria ser protegida não apenas como direito natural, mas como peça essencial deste processo deliberativo.

Porém, apesar dos argumentos apresentados serem de extrema pertinência, é possível perceber um risco à funcionalização dos direitos individuais e finalidades públicas, especialmente porque se abre a possibilidade da criação de restrições baseadas em interesses específicos dos governantes sob a justificativa de “interesse ao bem comum”, além desta perspectiva possibilitar que o debate público torne-se homogêneo ao ponto de algumas ideias prevalecerem sobre outras de maneira irremediável, o que traria como consequência o empobrecimento da discussão pública e da eficácia do processo democrático. (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2021, p. 68-72).

Logo, o republicanismo cívico oferece uma regulamentação da liberdade de expressão com objetivos amplos, cujo propósito vai além da mera intermediação da alocação de recursos e de resultados aos moldes econômicos.

Por sua vez, o liberalismo individual é uma corrente filosófica e política, cujas ideias encontram raízes nas obras de autores como John Locke e John Stuart Mill. Para Locke, em “Dois Tratados sobre o Governo Civil”, os indivíduos possuem direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade, e o papel do governo é proteger esses direitos. De outra banda, Mill sustenta, em sua obra “Sobre a Liberdade”, que o direito à liberdade individual é essencial para o desenvolvimento pessoal e social, afirmando que sem a divergência e a diversidade de opiniões não é possível prosseguir em direção à busca pela verdade.⁵

Sendo assim, sob a óptica do liberalismo individual, a liberdade de expressão é considerada um direito fundamental (como já mencionado anteriormente no início deste

⁵ MILL, John S. Sobre a liberdade. (Coleção textos filosóficos). 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2016. E-book. p.100. ISBN 9789724422398. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724422398/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

capítulo), e por meio dela se permite o funcionalismo saudável de um Estado democrático de direito.

Neste contexto, recorda-se que a já mencionada primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos garante aos cidadãos que “o Congresso não fará nenhuma lei que restrinja a liberdade de expressão”. Conforme abordado até o momento, essa proteção é entendida como essencial em qualquer democracia sadia, de modo que permite ao povo expressar suas opiniões livremente, inclusive, a tecer críticas aos governos e ter participação ativa no debate público.

No entanto, a liberdade de expressão, mesmo sob a ótica do liberalismo, não é absoluta. A jurisprudência americana, como evidenciado no caso *Brandenburg v. Ohio*, 395 US 444 (1969), estabelece que o discurso pode ser restringido quando incita ações ilegais iminentes. Essa abordagem busca equilibrar a liberdade individual com a necessidade de proteger a ordem pública e os direitos dos outros.

O caso em questão é um marco na jurisprudência americana no que tange a liberdade de expressão, quanto mais porque aborda os limites desse direito com relação à apologias violentas e discursos de ódio. Em síntese, o julgamento versa sobre a figura de Clarence Brandenburg, um líder do Ku Klux Klan, que foi processado sob uma lei de Ohio que proibia a incitação à violência, isto porque durante uma reunião, Brandenburg fez declarações que sugeriam a possibilidade de retaliação contra minorias e o governo.

Condenado nas primeiras instâncias, o processo chegou à Suprema Corte dos Estados Unidos, que decidiu, por unanimidade, que a lei de Ohio utilizada para acusar Clarence feria o direito estabelecido pela primeira emenda, de modo que a corte reverteu a condenação após considerar que as manifestações de Clarence Brandenburg eram potencialmente perigosas e provocativas, mas que não incitavam a violência propriamente.⁶

Este julgamento foi um marco para a jurisprudência americana sobre liberdade de expressão, estabelecendo um padrão que ainda é utilizado para avaliar casos relacionados ao discurso político e à incitação à violência.

A partir desta decisão, escrita pelo juiz William Brennan e acompanhada por seus colegas, os magistrados americanos passaram a realizar uma análise da proporcionalidade dos discursos e a decidir pela punição apenas nos casos em que eles incitem, de fato, ações ilegais iminentes, e quando forem suscetíveis de provocar tais ações, considerando que manifestações abstratas, mesmo quando ofensivas, estão inseridas no contexto protegido pela primeira emenda.

⁶ <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/395/444/>. Acesso em 17 de maio de 2025.

Percebe-se então, que a intervenção estatal sobre o direito à liberdade de expressão deve ser restrita e apenas ocorrer em casos necessários para se evitar um mal maior, isto porque o direito à expressão, conforme a lógica do liberalismo individual, tem como objetivo o alcance da verdade, e ela só prevalece quando há ideias em confronto e um amplo debate sobre elas, como descreve John Stuart Mill.

Dessa forma, pode-se concluir que a liberdade de expressão, tanto na perspectiva brasileira quanto na americana, é um pilar fundamental da democracia. Enquanto a Constituição Brasileira garante esse direito em um contexto de interconexão com outros direitos, o sistema americano, através de decisões como a de *Brandenburg v. Ohio*, enfatiza a proteção da expressão, mesmo em casos controversos. A análise dessas abordagens é crucial para entender os desafios e as implicações da liberdade de expressão na sociedade contemporânea e, principalmente, os seus limites.

2.3 Os limites Constitucionais da liberdade de expressão

Partindo dessa óptica, é preciso entender que todos os direitos fundamentais – inclusive a liberdade de expressão, como observado no tópico anterior – devem ser observados como princípios constitucionais, norteadores da hermenêutica jurídica. Contudo, é possível que em muitos casos esses direitos fundamentais, ante o caráter de suas matérias, venham a colidir uns com os outros, de modo a ser necessária a busca por soluções ponderadas em favor de algum deles.

Segundo a obra sobre princípios fundamentais do direito constitucional de Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2015, p. 47), os direitos fundamentais não podem ser absolutos, de modo que a implementação de limites é imprescindível para assegurar que os direitos de um cidadão “não esmaguem os direitos de outro”. Entretanto, por óbvio, tal limitação precisa ser mínima, culminando apenas no necessário para garantir a preservação dos respectivos direitos de cada indivíduo.

Para além disso, o conceito de limitação dos direitos fundamentais não é uma matéria recente. É possível encontrar esta ideia em marcos históricos para a base do sistema democrático contemporâneo, como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que em seu artigo 4.º estabelece:

Artigo 4º- A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os

que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei.

Na mesma linha, sendo a liberdade de expressão também um princípio/direito fundamental, apesar de sua proteção ser imprescindível para a independência individual e social, sua garantia não pode ser sobreposta de maneira absoluta aos demais direitos, os quais, vale lembrar, também são essenciais.

Observa-se que na própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, o estabelecimento da liberdade de expressão como direito humano, no artigo 13.1⁷, vem seguido de um limitador, no artigo 13.2⁸, que destaca que embora o exercício do referido direito não possa ser sujeito a censura prévia, é possível submetê-lo a responsabilidades ulteriores, as quais devem ser expressamente fixadas pela lei e que devem perseguir o necessário para assegurar “a) o respeito aos demais direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção nacional, de ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas”.

A própria Constituição Federal Brasileira, ao tratar do tema, traz consigo algumas ressalvas ao direito à liberdade de expressão, como a vedação ao anonimato, já visto no primeiro parágrafo deste tópico (Brasil, 1988, artigo 5.º, inciso IV, 2.ª parte), e o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização condizente com os danos causados à imagem e à moral do ofendido (Brasil, 1988, artigo 5.º, inciso V).

Note-se que tais normas não visam censurar ou atacar o direito à liberdade de expressão, mas sim frear eventuais abusos que possam ser praticados sob pretexto da livre manifestação do pensamento, protegendo assim os direitos personalíssimos, também constantes na Constituição (Brasil, 1988, artigo 5.º, inciso X), os quais são tão importantes quanto, porque garantem a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, cabe analisar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 1.075.412, no qual se fixou a tese do tema 995 de repercussão geral. Embora o julgamento ainda não tenha transitado em julgado, considerando inclusive que as decisões anteriores na resolução do caso foram embargadas, é interessante

⁷ Artigo 13.1, Pacto de São José da Costa Rica: Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha;

⁸ Artigo 13.2, Pacto de São José da Costa Rica: O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei a ser necessárias (...);

analisar o que pensa a Suprema Corte Brasileira sobre o assunto, uma vez que nesta oportunidade delimitou critérios acerca da responsabilização de veículos de imprensa por informações divulgadas. Veja:

STF - Decisão: Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e deu-lhes parcial provimento, para fixação da seguinte tese de repercussão geral (tema 995): "1. Na hipótese de publicação de entrevista, por quaisquer meios, em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se comprovada sua má-fé caracterizada: (i) pelo dolo demonstrado em razão do conhecimento prévio da falsidade da declaração, ou (ii) culpa grave decorrente da evidente negligência na apuração da veracidade do fato e na sua divulgação ao público sem resposta do terceiro ofendido ou, ao menos, de busca do contraditório pelo veículo; 2. Na hipótese de entrevistas realizadas e transmitidas ao vivo, fica excluída a responsabilidade do veículo por ato exclusivamente de terceiro quando este falsamente imputa a outrem a prática de um crime, devendo ser assegurado pelo veículo o exercício do direito de resposta em iguais condições, espaço e destaque, sob pena de responsabilidade nos termos dos incisos V e X do artigo 5º da Constituição Federal; 3. Constatada a falsidade referida nos itens acima, deve haver remoção, de ofício ou por notificação da vítima, quando a imputação permanecer disponível em plataformas digitais, sob pena de responsabilidade", nos termos do voto do Relator. Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso. Plenário, 20.3.2025.

O caso em questão, analisado pelos ministros, versa sobre uma notícia divulgada no ano de 1995 pelo jornal Diário de Pernambuco. Nela se afirmava que o ex-deputado Ricardo Zaratinni teria sido o responsável por um atentado a bomba, no ano de 1966, no Aeroporto dos Guararapes (PE), que resultou na morte de duas pessoas e ainda feriu outras quatorze.

Do caso, ainda importante apontar a fala do Ministro Luís Roberto Barroso para o portal de notícias do próprio Supremo Tribunal Federal: “A imputação era sabidamente falsa, e esse homem passou a vida inteira enfrentando a notícia falsa de que havia praticado um ato terrorista. Imaginem o mal que isso fez para sua mulher, para seus filhos, para sua família.”⁹.

Percebe-se, portanto, que para a Suprema Corte do país, embora a salutar relevância do direito à liberdade de expressão, do qual se extrai a liberdade de imprensa que protagoniza

⁹ BARROSO, Luis Roberto. **Presidente do STF reitera posição do Tribunal de respeito à liberdade de imprensa e de expressão.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, 30/11/2023, <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=521065&ori=1>.

o litígio dos autos do julgamento, os direitos da personalidade não podem ser prejudicados em nome do exercício destas liberdades, de modo que uma vez que o veículo de comunicação pôs em circulação para um grande número de pessoas uma informação inverídica que agride a honra, a intimidade, a vida privada e à própria imagem do ex-deputado, tal veículo também deve arcar com a reparação dos danos suportados pela vítima.

Assim, fica consolidado o dever de responsabilização moral e material, inclusive dos veículos de imprensa, nos casos em que o exercício do direito à liberdade de expressão ferir, por meio de informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, os direitos personalíssimos da pessoa, admitindo-se inclusive a remoção de tais conteúdos, sem que isso seja configurado como censura, pelo contrário, é o exercício de proteção dos direitos fundamentais da personalidade.

Contudo, não se pode esquecer do caráter fundamental do direito à liberdade de expressão, e portanto, é preciso que suas garantias e remédios estejam ajustados de maneira equilibrada na legislação do país, não podendo a responsabilização por manifestações do sujeito ser, de forma alguma, caracterizada como censura. Novamente, é importante destacar que todos os direitos fundamentais merecem proteção na mesma proporção, ainda que em análise a alguns casos concretos, alguns direitos venham a sobrepor outros, utilizado o critério da ponderação, a proporção, e o núcleo essencial do direito (BARROSO, Luis Roberto, 2023, p. 211-213).

Dessa forma, pode-se perceber que a Constituição Federal Brasileira garante o direito à liberdade de expressão, mas sem deixar de assegurar também a proteção aos demais direitos fundamentais que eventualmente possam vir a ser ameaçados pelo uso abusivo da manifestação do pensamento, garantindo também que aqueles que agredirem direitos personalíssimos de outrem ou outros bens jurídicos também tutelados pela Constituição, venham a ser responsabilizados.

3. Análise das possibilidades de responsabilização por conteúdos ofensivos

O presente capítulo abordará a responsabilidade civil e seus pressupostos, bem como o Marco Civil da Internet como ferramentas de controle da liberdade de expressão no cenário das redes, além de formas alternativas de buscar a responsabilização por condutas abusivas praticadas no âmbito do ambiente virtual.

3.1 A responsabilidade civil

Como visto no tópico anterior, embora seja um direito fundamental, a liberdade de expressão não é absoluta, e enseja responsabilização quando manifestada de forma abusiva. Assim, a responsabilidade civil surge como um importante instituto na reparação de danos causados à imagem, à honra, à autoestima, ou qualquer outro direito individual inerente ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A causa da responsabilidade civil é a ocorrência de um ato ilícito, que se traduz em uma conduta contrária à lei, à moral, à ordem pública e aos bons costumes, tendo em vista que se praticou uma ação que fere o dever geral de não lesar alguém, causando, portanto, consequências aos direitos subjetivos de outra pessoa. No ordenamento jurídico brasileiro, a definição de ato ilícito encontra-se nos artigos 186¹⁰ e 187¹¹ do Código Civil, dos quais se extrai o entendimento de que a ilicitude é toda "conduta contrária à boa-fé, ou ato desviado do fim econômico-social do negócio", sendo esta a responsabilidade extracontratual, isto é, aquela que decorre independente de negócio jurídico previamente ajustado (FERNANDES, Alexandre Cortez, 2013, p. 82).

Ainda, atribui-se ao ato ilícito as condutas que forem praticadas com excesso e/ou abuso de direito. Sendo assim, pode-se concluir que ato ilícito é uma conduta divergente do disciplinado pelo ordenamento jurídico, cuja prática gera consequências negativas na esfera jurídica alheia (FERNANDES, Alexandre Cortez, 2013, p. 83).

Dessa forma, quando um indivíduo utilizar de uma rede social ligada à internet, por exemplo, para proferir manifestações de cunho difamatório e/ou injurioso acerca de outra pessoa, além de estar cometendo crimes tipificados pelo Código Penal Brasileiro, o sujeito

¹⁰ Art. 186 do Código Civil: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

¹¹ Art. 187 do Código Civil: Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

também estará cometendo um ilícito civil, o qual é fonte de obrigação e gera dever de indenização, sendo esta a responsabilização consequente a ação praticada.

Dentro de cada esfera (civil e penal), o direito brasileiro atua para garantir a proteção dos direitos tutelados pelo ordenamento jurídico, e dessa forma aplica a responsabilização necessária em cada uma das respectivas competências. Esclarece Carlos Roberto Gonçalves (2024, p. 14):

“Se, ao causar dano, escreveu Afranio Lyra, o agente transgride, também, a lei penal, ele se torna, ao mesmo tempo, obrigado civil e penalmente. E, assim, terá de responder perante o lesado e perante a sociedade, visto que o fato danoso se revestiu de características que justificam o acionamento do mecanismo recuperatório da responsabilidade civil e impõem a movimentação do sistema repressivo da responsabilidade penal. Quando, porém, no fato de que resulta o dano não se acham presentes os elementos caracterizadores da infração penal, o equilíbrio rompido se restabelece com a reparação civil, simplesmente.”

Logo, em havendo abuso e excesso no exercício da manifestação do pensamento, o ofendido poderá, de pleno direito, buscar a devida reparação, a qual ocorrerá por meio da condenação ao pagamento de indenização, podendo ainda, postular uma retratação do autor do ato ilícito ou um direito de resposta, os quais deverão ser proporcionais ao agravo sofrido. Da mesma forma, é possível que se busque também a atuação punitiva do estado, através do direito penal, em razão de eventual conduta típica praticada.

Contudo, não basta apenas que o agente demonstre uma conduta e um dano. Para gerar o dever de reparação, oriundo da responsabilidade civil e também seu objetivo primordial, é necessário que se comprove o nexo de causalidade entre o ilícito praticado e o resultado suportado pela vítima.

Para Caio Mário da Silva Pereira (2022, p. 128-130), não é suficiente que o agente proceda contra um direito, de modo que a responsabilidade civil não pode ser definida pelo fato de cometer um “erro de conduta”, não sendo suficiente que a vítima sofra um “dano” - que como já mencionado, é o objeto que desencadeia o dever de indenizar - porque se assim fosse, qualquer conduta antijurídica geraria obrigação ressarcitória. É preciso estabelecer um nexo de causalidade entre a conduta ilícita e o mal causado; é preciso perceber que sem a ação antijurídica o prejuízo não teria acontecido, e portanto, aquele que deu causa a ele deve ressarcir aquele que suportou suas consequências.

Embora exista uma série de teorias para justificar o nexo de causalidade dentro da responsabilidade civil, não há dúvidas de que o sistema jurídico brasileiro adotou o modelo do “dano direto e imediato”, não sendo possível se cobrar, por exemplo, lucros cessantes decorrentes do inadimplemento cuja efetiva configuração apenas se daria diante da concorrência de diversos outros fatores além da obrigação não cumprida (GONÇALVES, Carlos Roberto, 2024, p. 509).

Portanto, a responsabilidade civil nasce da verificação perfeita entre três elementos essenciais: a conduta antijurídica, o dano, e o nexo de causalidade entre os outros dois, sendo necessário auferir que o prejuízo suportado foi estritamente causado pela ação ou omissão ilícita praticada pelo agente.

Compreendidos os conceitos de liberdade de expressão e de responsabilidade civil, é chegada a hora de entender como este instrumento atua no controle de atos ilícitos decorrentes de excessos no exercício daquele direito fundamental no âmbito da internet.

Não é novidade dizer que a popularidade da internet, que ascendeu de maneira meteórica, trouxe novos paradigmas para a sociedade, e portanto, novos desafios para a aplicação da norma jurídica. Cada vez mais as pessoas passaram a interagir por meio da rede mundial de computadores, haja vista que portais de notícias passaram a circular informações com muito mais velocidade e alcance, bem como as dinâmicas sociais foram alteradas por meio de provedores que passaram a fornecer sites de relacionamentos.

Evidente, portanto, que conflitos passaram a ser travados na esfera virtual, de modo que notícias falsas e postagens ofensivas tornaram-se parte do dia a dia desta sociedade moderna amplamente conectada, restando ao direito o dever de solucionar tais questões. No entanto, resta o questionamento: quem deve ser responsabilizado por esses danos?

Nesse contexto, é preciso considerar que embora a internet deva ser, por excelência, um espaço onde a liberdade de expressão deva vigorar, isto não pode ser traduzido em um universo sem lei e contrário às responsabilidades decorrentes dos abusos que venham a ser praticados no âmbito virtual. Em qualquer que seja o ambiente, as relações humanas devem ser pautadas pelo respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana (TEFFÉ, Chiara Spadaccini de, 2015, 59-83).

Certo é que ante à popularidade do ambiente virtual, que torna elevado o fluxo de circulação de manifestações, a tutela dos direitos da personalidade dos usuários torna-se uma árdua missão. Em primeiro lugar, porque a globalização e a conexão proporcionada pela internet faz com que as lesões sejam ampliadas em escala global e em questão de minutos. Em segundo lugar, porque a lesão se perpetua no espaço virtual, diante da capacidade de reprodução

e armazenamento do conteúdo ofensivo, de modo que a remoção integral torna-se praticamente impossível. Por fim, em terceiro lugar, porque o anonimato é uma realidade comum no ambiente virtual, de modo que localizar a origem da lesão, oriunda muitas vezes de perfis falsos, por exemplo, não permite dispor à vítima de informações suficientes para adoção de medidas protetivas de direito. (SCHREIBER, Anderson; MORAES, Bruno Terra de; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; 2022).

Na mesma linha, Sergio Cavalieri Filho (2023, p. 224) entende que o advento da internet possibilitou um instrumento ou veículo para prática de atos ilícitos que está ao alcance de todos, capaz de ampliar ilimitadamente a difusão do dano, de modo que esta potencialização do direito/poder de informar passou a desencadear centros de emissão de informação, que por sua vez, potencializaram também a colisão entre o direito à liberdade de expressão e os direitos personalíssimos.

Dessa forma, é necessário exigir do provedor de aplicações que existam instrumentos capazes de propiciar a identificação dos usuários da rede, de maneira individual, visando coibir o anonimato e atribuir a cada manifestação uma autoria certa e determinada, a fim de possibilitar a responsabilização de cada indivíduo na medida que sua manifestação cause danos a outrem.

É preciso observar que contrapartidas como esta estão previstas na própria Constituição Federal, que como visto anteriormente, condiciona a livre manifestação do pensamento à vedação do anonimato. Se esta exigência não for cumprida por parte dos provedores, será passível de responsabilização subjetiva em face da omissão praticada, tendo em vista que sem a colaboração das empresas que fornecem as aplicações não há como identificar os usuários, de modo que tamanha impossibilidade culmina na inibição da responsabilização do ofensor de seu próprio ato (QUEIROZ, João Quinelato de, 2019, p. 85).

Contudo, mesmo nos casos em que o ofensor é identificado, muitas vezes percebe-se que este é inapto, tanto no sentido econômico de reparar o dano infringido, quanto técnico no sentido de dispor de recursos para mitigar os danos, haja vista que, na grande maioria dos casos, não basta excluir a manifestação das redes em virtude da elevada capacidade de reprodução dos conteúdos e consequente inviabilidade de supressão definitiva do dano, como já mencionado anteriormente.

Nesta senda, surge a necessidade de recorrer à pessoa jurídica que provê os recursos de internet nos quais a lesão está sendo propagada. Ocorre que muitas vezes a sociedade empresarial se mantém inerte em relação às reclamações que tangem à circulação de conteúdos ofensivos aos direitos personalíssimos, sendo três os principais motivos: falta de incentivo do mercado em questão, eis que é estranho à natureza do negócio a análise de conteúdos passíveis

de supressão; a impossibilidade técnica, decorrente da grande quantidade de reclamações nesse sentido; e por fim, o medo de ferir a liberdade de expressão dos usuários. (SCHREIBER, Anderson; MORAES, Bruno Terra de; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; 2022).

Porém, embora as justificativas levantadas, não é possível permitir que essas empresas se escusem de responsabilização pelos fatos cometidos por terceiros por meio das plataformas virtuais postas à disposição pelos próprios provedores. Em outras palavras, ainda que as pessoas jurídicas não sejam causadoras dos danos, elas podem responder pelos atos ilícitos praticados porque os provedores possuem dever de cuidado em relação às suas plataformas, de forma que podem entrar na cadeia de responsabilidade, via de regra, através de atos omissivos.

Dessa forma, é preciso definir o termo inicial, dentro da cadeia do ato ilícito e suas consequências, do momento em que o provedor deve agir: se quando da inserção do conteúdo abusivo na plataforma; ou após notificado extrajudicialmente da ocorrência de dano; ou ainda, após ser notificado judicialmente para tomar tal providência. (QUEIROZ, João Quinelato de, 2019, p. 87).

Para tanto, torna-se imprescindível investigar o caminho percorrido pela jurisprudência dos Tribunais brasileiros no sentido de entender como esse tema foi compreendido até a sua completa pacificação pelo judiciário e até pelo legislativo, que culminou na publicação do Marco Civil da Internet, objeto do próximo tópico.

3.2 O Marco Civil da Internet e a responsabilização dos provedores por atos ilícitos praticados no ambiente virtual

Para abordar este tópico, será necessário navegar através de uma breve recapitulação do histórico da responsabilização de atos ilícitos praticados via internet ao longo dos anos no Brasil.

Antes de mais nada, é preciso resgatar os conceitos discriminados no capítulo 1.1, e enfatizar que as redes sociais geralmente são caracterizadas como provedores de hospedagem, de modo que não criam conteúdos próprios, mas sim fornecem a estrutura para que outros provedores ou usuários criem, manipulem e disseminem seus próprios materiais nas redes.

Logo que a internet se tornou popular, ainda não havia um marco civil para disciplinar os seus desdobramentos, o que por consequência gerava divergências nos posicionamentos jurisprudenciais acerca da responsabilidade dos provedores de serviços com relação ao material produzido pelos seus respectivos usuários, tendo se consolidado três posicionamentos preponderantes. (ZANINI, Leonardo Estevam de Assis, 2018, p. 12).

O primeiro deles defende que o provedor não é responsável pelo conteúdo divulgado por seus usuários de forma alguma, justificando tal posicionamento no entendimento que a figura do provedor seria um mero intermediário entre o usuário ofensor e o usuário ofendido. Desta forma, ausente conduta direta do provedor, este não poderia ser responsabilizado, uma vez que não concorreu para a prática do ato ilícito, cabendo a ele apenas colaborar na identificação do autor do dano. (ZANINI, Leonardo Estevam de Assis, 2018, p. 12).

A segunda corrente considera que existe responsabilidade objetiva por parte do provedor, não sendo necessário associar a ele o elemento da culpa, encontrando subsídio no conceito de risco da atividade desenvolvida (art. 927, parágrafo único do Código Civil)¹² ou em eventual defeito da prestação do serviço em uma relação de consumo. (ZANINI, Leonardo Estevam de Assis, 2018, p. 12).

Por fim, o terceiro posicionamento acredita que a responsabilidade do provedor decorre da culpa deste elemento, forte no fato de que há situações em que não ocorre interferência no conteúdo que o usuário coloca na internet. Desta forma, existem aqueles que defendem a responsabilização do provedor assim que ele toma ciência da conduta lesiva e não toma as devidas providências, enquanto outros aduzem que a responsabilidade só deve ser invocada em caso de descumprimento de decisão judicial que tenha determinado a retirada do material ofensivo. (ZANINI, Leonardo Estevam de Assis, 2018, p. 12).

Como visto, a questão tocante à responsabilização dos provedores deu causa à uma gama de entendimentos, os quais controvertiam e difundiam a concepção de que o provedor deveria fiscalizar, monitorar e até filtrar os conteúdos publicados na rede pelos usuários. Naturalmente, se ele provém tecnicamente a viabilidade da atividade do internauta, bem como desfruta economicamente da utilização do serviço, também deveria ser responsável por controlar os eventuais atos ilícitos a fim de garantir a inviolabilidade dos direitos da personalidade. Deste modo, podemos sintetizar o entendimento de que boa parte dos julgados da época consideravam se tratar de uma hipótese de responsabilidade objetiva. (ZANINI, Leonardo Estevam de Assis, 2018, p. 13).

Entretanto, embora fosse um posicionamento muito acolhido, seu rigorismo acabou sendo revisto pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo a corte entendido que o provedor não deve possuir a atribuição de fiscalizar previamente todo o material que transita sem seu site, haja vista que apenas disponibiliza as informações inseridas por usuários para outros usuários.

¹² Art. 927, parágrafo único do Código Civil: Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A razão para a conclusão na contramão da visão anterior, é de que a obrigação de monitoramento prévio do conteúdo publicado inviabilizaria a atividade econômica exercida, e dessa forma, a ausência de fiscalização não poderia ser considerada uma falha do produto.

Assim, o STJ estabilizou a jurisprudência no sentido de que o provedor deveria empregar medidas de remoção do conteúdo ilegal assim que tomasse ciência de sua existência. Em sua obra, Zanini:

“É dizer: a simples notificação de conteúdo inadequado apontada por usuários seria suficiente, em quaisquer casos, para a responsabilização do provedor. E, em função dessa responsabilidade, deveria o provedor dispor de meios que permitissem a identificação dos usuários, de forma a coibir o anonimato, sob pena de ser responsabilizado subjetivamente por *culpa in omittendo*.”

Evidente que estes entendimentos também mobilizaram o legislativo brasileiro, de modo que desde o final da década de 1990 existiam vários projetos de lei com o escopo de regulamentar o uso da internet no Brasil. No entanto, apenas em 2009 houve avanço na pauta, com a criação da primeira proposta de diretrizes gerais, que mais tarde se tornou o Marco Civil da Internet.

Observa-se que nesta primeira proposta constava que a opção pela aplicação da responsabilidade objetiva dos provedores aumentaria os custos do serviço, geraria incerteza jurídica e retardaria o processo de inovação, à medida que novos serviços virtuais surgido no Brasil não teriam meios de avaliar, com a segurança necessária, as consequências jurídicas e a extensão de eventual risco incorrido. (LEMOS, Ronaldo, 2015, p. 96).

Para Fernando Henrique de Oliveira Biolcati (2021), já em 2009, a posição contrária à responsabilização objetiva era ultrapassada, pois naquela época já era perceptível o quão rentável poderiam ser as atividades desenvolvidas no meio virtual, de modo que os problemas de custos e prejuízos à inovação não poderiam ser levantados como fundamentos para escolha do regime de responsabilização a ser eleito. Ainda, Fernando não considera adequado sustentar suposta incerteza jurídica, haja vista que a responsabilidade civil objetiva é um instrumento utilizado há mais de 100 anos, contendo base jurisprudencial e doutrinária sólida, de modo que não traria dificuldade interpretativa alguma.

Logo, os critérios utilizados para fundamentar a elaboração da lei em 2014 depositaram o risco da atividade aos consumidores eventualmente lesados, sejam eles diretos ou equiparados, e não aos beneficiários econômicos, que naquela altura do desenvolvimento

tecnológico já estavam consolidados como potências tecnológicas e financeiras. (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2021, p. 211).

Entretanto, vê-se, a partir da leitura completa do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que o legislador, sob pretexto de proteger a liberdade de expressão, criou um regime novo no sistema jurídico brasileiro, à medida que a responsabilidade subjetiva do provedor não decorre de mera culpa ante à inércia após tomar conhecimento do conteúdo ilícito, mas sim, do descumprimento de ordem judicial para que se tome uma medida com relação ao fato.

Dessa forma, o Marco Civil da Internet nutriu os provedores de um verdadeiro privilégio com relação às demais pessoas jurídicas e/ou naturais, e ainda expôs o elo mais frágil desta relação jurídica: o consumidor. Isto porque mesmo se os provedores, como o Youtube e o Facebook, souberem que hospedam conteúdo prejudicial aos direitos personalíssimos de algum usuário, pois alguém já demonstrou essa situação de maneira robusta, as plataformas não têm qualquer responsabilidade de examinar a natureza do referido conteúdo nem de lhe dar a atenção necessária à proteção dos direitos garantidos. (THOMPSON, Marcelo, 2012, p. 215).

Para Marcelo Thompson (2012)¹³, a ideia da responsabilização dos provedores decorrer apenas do descumprimento de ordem judicial corrói as garantias das instituições democráticas do Brasil, pois consolida um modelo irresponsável no atendimento às vítimas de atos ilícitos praticados no âmbito da esfera virtual em favorecimento desmedido à liberdade de expressão supostamente ameaçada por uma moderação mais protecionista do conteúdo divulgado na internet.

Ora, nas redes sociais a fluidez com que a informação se dissemina é muito avassaladora. Logo, Marcelo Thompson conclui:

“(...) entre achar um advogado, negociar seus honorários, descobrir quem de fato é o provedor e onde está estabelecido, ter uma petição redigida, ajuizada, obter uma ordem judicial, enviar uma carta precatória para São Paulo ou uma carta rogatória para Londres para fazer cumprir a ordem, notificar o réu e este, dentro de período razoável, tornar o conteúdo indisponível, o conteúdo já foi reproduzido por um, por outro, por centenas de sites na internet. (...)”.

Assim, demonstra-se o quanto o usuário está exposto ao sofrer agressões contra seus direitos personalíssimos, e hoje, mais de 10 anos da publicação do Marco Civil da Internet, é visível como Marcelo estava correto ao demonstrar sua insatisfação com o texto legal.

¹³ Embora sua obra tenha sido escrita antes da publicação da lei, não houve modificação nas partes por ele criticadas, tendo elas se efetivado no atual artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Para ilustrar a preocupação levantada, cabe observar o artigo 932, inciso IV, do Código Civil, no qual se determina a responsabilidade civil dos estabelecimentos de hospedagem por danos causados por seus hóspedes, situação semelhante aos usuários e provedores. Com base no disciplinado, basta que o dano suportado por terceiro seja decorrente de atividade exercida pelo hóspede do hotel para que o estabelecimento arque com a responsabilização, sem prejudicar o direito de regresso.

Portanto, a partir da leitura do referido diploma, para evitar responsabilização, pressupõe-se que o estabelecimento hoteleiro estabeleça regras de convivência e exige a obrigação de controlar a conduta de seus hóspedes. Entretanto, à toda evidência tal obrigação não configura censura prévia ou qualquer agressão ao direito à liberdade dos hóspedes, e se por acaso houver, plenamente cabível a busca por proteção e reparação do direito violado na esfera judicial.

Percebe-se que a situação aventada não se diferencia da realidade virtual, e por isso, “impor aos provedores de aplicações o monitoramento dos conteúdos ilícitos ou danosos de seus usuários não vulnera, “*a priori*”, a liberdade de expressão e a cláusula de reserva da jurisdição”. (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2021, p. 214).

Ainda, Fernando conclui:

“Desse modo, sem motivos plausíveis, em uma interpretação isolada e restrita do artigo 19, do Marco Civil da Internet, os provedores de redes de aplicações, em específico de redes sociais, são agraciados com a desobrigação de terem de apurar e decidir sobre a legalidade dos conteúdos gerados por seus usuários, mesmo que a estruturação de seus serviços permita e potencialize os danos, além de maximizar os seus ganhos econômicos. Estão totalmente livres, também, para removerem conteúdos, caso entendam pela violação dos seus termos de uso, de forma obscura, sem supervisão e auditoria. Em nenhum dos casos respondem civilmente pelos prejuízos causados.”

Em suma, os provedores de internet são responsabilizados apenas em caso de descumprimento de determinação judicial, o que é natural haja vista a vigência de um Estado Democrático de Direito, de modo que atender ao cumprimento das ordens judiciais é um pressuposto, havendo sanções para sua não observância. Entretanto, apesar do argumento utilizado pelos legisladores para colocar a liberdade de expressão em posição privilegiada em relação a outros direitos, como os da personalidade, que da leitura do termo constitucional deveriam desfrutar de igual proteção, percebe-se que a colocação não passa de magniloquência.

O real fundamento é meramente proteger economicamente os provedores, de maneira a atenuar as consequências negativas de eventuais externalidades decorrentes e inerentes à atividade econômica desenvolvida, qual seja, a prestação de serviços aos seus usuários e a responsabilização por danos causados e/ou suportados por eles. Resta saber quais são as soluções apresentadas pelo Poder Judiciário no tocante às problemáticas levantadas.

4. Análise do conteúdo ofensivo e dos pressupostos da responsabilização à luz da legislação e da jurisprudência

Neste capítulo, rumo ao encerramento do desenvolvimento do presente trabalho, serão abordadas as consequências práticas dos pontos levantados anteriormente, a fim de demonstrar como o instrumento da responsabilidade civil e do Marco Civil da Internet agem na proteção dos direitos personalíssimos, bem como se verá a postura adotada pelos tribunais brasileiros no sentido de defender tais direitos ante à tênue linha que separa as agressões infringidas contra eles do natural exercício da liberdade de expressão.

4.1 Conteúdo ofensivo e sua gravidade

Como já detalhado anteriormente, o mundo virtual tornou-se uma extensão do convívio social nos tempos atuais. Dessa forma, as relações humanas também sofreram mudanças, principalmente em virtude das redes sociais, ambientes virtuais que passaram a receber grande parte do fluxo de interações entre os indivíduos. Naturalmente, nestes espaços ocorrem todo tipo de interações, das mais variadas naturezas, e por óbvio, estas interações nem sempre serão positivas.

Não raras vezes, é possível se deparar com conteúdo ofensivo na internet, o qual abrange condutas difamatórias, injuriosas ou até caluniosas, sendo um fenômeno cada vez mais crescente na sociedade contemporânea e que desafia as normas de convivência social e os direitos individuais. Soma-se a isso, a facilidade na publicação de ofensas em redes sociais e a rápida capacidade de propagação destas ofensas, muitas vezes nutridas de uma aparente imunidade em razão do anonimato proporcionado pelo ambiente virtual, que incentiva a criação e a disseminação de mensagens agressivas e prejudiciais aos indivíduos.

Assim, facilmente pode-se presumir o potencial danoso decorrente de condutas individuais ou até coletivas, visto que a internet pode ser utilizada para organizar atos terroristas ou propagar materiais de cunho racista ou de intolerância religiosa, sem falar de desafios de cunho físico que podem deixar sequelas graves¹⁴.

Consequente a tais constatações, surge a necessidade de mencionar os conceitos de danos morais coletivos e danos morais sociais.

¹⁴ Como o jogo da “baleia azul”, cuja descrição se encontra disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/entenda-o-jogo-da-baleia-azul-e-os-riscos-envolvidos.html>.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar o conceito de dano moral adotado para ser explorado no presente trabalho. Na definição de Carlos Alberto Bittar (2005):

“(...) é o resultado de golpe desfechado contra a esfera psíquica ou a moral, em se tratando de pessoa física. A agressão fere a pessoa no mundo interior do psiquismo, traduzindo-se por reações desagradáveis, desconfortáveis ou constrangedoras, bem como trazendo à tona o fato de que o homem é dividido em corpo e espírito (...)”

Embora seja muito mais comum atribuir o dano moral ao indivíduo, também é possível se referir à coletividade como um todo. Assim como cada indivíduo ostenta uma carga de valores, a comunidade em si também possui, uma vez que é composta por um conjunto de sujeitos unidos por dimensões sociais, espaciais, culturais ou qualquer de qualquer outra natureza. Logo, esses valores também podem ser atacados, no entanto cabe observar que os direitos coletivos são propriedades jurídicas próprias e não devem ser confundidas com os direitos dos indivíduos, e ao serem atacados, o autor do ato ilícito merece absorver a reprimenda condizente, tal qual se tivesse atacado um indivíduo isolado, havendo por tanto, responsabilização pelo dano moral coletivo. (BITTAR, Carlos Alberto, 2005).

Por sua vez, o dano social seriam as lesões à própria sociedade, tanto em seu nível de vida quanto no que tange ao rebaixamento do patrimônio moral. Conforme Flávio Murilo Tartuce Silva (2008):

“O conceito mantém relação direta com a principiologia adotada pelo Código Civil de 2002, que escolheu entre um de seus regramentos básicos a socialidade: a valorização do nós em detrimento do eu, a superação do caráter individualista e egoísta da codificação anterior. Justamente por isso, os grandes ícones privados têm importante função social: a propriedade, o contrato, a posse, a família, a empresa e também a responsabilidade civil.”

A fim de elucidar ainda mais o conceito de dano social é válido imaginar atividades ilícitas, porém lucrativas, cujo benefício econômico obtido acaba sendo mais valorizado do que os prejuízos ordinários, e por isso o agente tende a repetir a conduta. Dessa forma, a indenização pelo dano social seria uma forma de evitar a reiteração da prática hipotética e de desestimular a continuidade de condutas ilícitas e/ou danosas que, por vias comuns, seriam mantidas. (BIOCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2021).

Ao relacionar o dano moral coletivo e o dano social com o tema das ofensas na internet, a intenção é demonstrar o potencial da lesividade dos conteúdos divulgados, de modo que não

se trata apenas da proteção dos direitos personalíssimos de um indivíduo, mas sim dos direitos de cada um presente na esfera virtual, e a propagação do conteúdo ofensivo nas redes sociais, acompanhado do engajamento massivo que tende a trazer benefícios econômicos correspondentes, muitas vezes usufruídos pelos próprios provedores de aplicação, gera grave ofensa a valores fundamentais da sociedade justificados no princípio do “*neminem laedere*” (não prejudicar ninguém).

Pode-se dizer, portanto, que em um mundo onde o direito não encontre uma resposta adequada à gravidade do perigo presente na divulgação desenfreada de atos ilícitos praticados por intermédio da rede mundial de computadores, a consequência nítida é um rebaixamento na qualidade de vida social dos usuários, de modo a afetar a autoestima, a saúde mental e até a confiança dos indivíduos na proteção fornecida pelos instrumentos jurídicos, além de possibilitar a organização de grupos criminosos que podem trazer sérias consequências à todos os setores da sociedade.

Nesse sentido, caberá ao Estado destinar a regulamentação das redes, de modo a respeitar a liberdade de expressão enquanto direito fundamental, mas sem deixar de proteger o elo mais vulnerável nesse contexto: os usuários e os direitos da personalidade de cada um deles. Logo, não podem os agressores saírem impunes ao ofenderem outrem, tampouco os provedores, que usufruem dos benefícios econômicos decorrentes da atividade comercial, devem ser isentos de responsabilização no que tange aos cuidados essenciais para a proteção dos usuários.

Dessa forma, nos tópicos finais da presente monografia, verificar-se-á como essa tarefa vem sendo empreendida no âmbito da responsabilidade civil.

4.2 O usuário de rede social como consumidor de serviço e a remoção de conteúdo ofensivo

Conforme o desenvolvimento da pesquisa, em diversas oportunidades foi estabelecido que o artigo 19 da Lei n.º 12.965/14 disciplina que, com a finalidade de proteger a liberdade de expressão e precaver a hipótese de censura, os provedores somente responderão civilmente pelos danos causados por seus usuários a outros usuários após o descumprimento de uma ordem judicial específica para remover o conteúdo. No entanto, na redação do referido diploma consta uma expressão interessante: “ressalvadas as disposições em contrário”.

Não obstante as observações tecidas no presente trabalho acerca de como a liberdade de expressão vem sendo tratada no sistema jurídico brasileiro, percebe-se que o dispositivo em questão trata do tema de maneira nebulosa e permite interpretações equivocadas. Entretanto, ao usar da hermenêutica e analisar o artigo 19 juntamente com outras normas vigentes, inclusive

da própria Constituição Federal, é possível encontrar soluções jurídicas relativamente satisfatórias para os problemas abordados.

Essencialmente, a atividade prestada pelos provedores de redes sociais caracteriza-se como um serviço, isso porque consiste em encadear operações e disponibilizar facilidades ao usuário da internet, mediante remuneração indireta. Logo, por força do artigo 3.º, §2.º da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a atividade desempenhada enquadra-se na relação jurídica tutelada pela referida legislação, e dessa forma, incide tanto nas relações entre provedores e usuários, quanto na relação entre provedores e a coletividade que venha a suportar as consequências do desempenho do serviço (consumidores por equiparação – artigo 2.º, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor). (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2022).

Nesse sentido, também é possível estender a interpretação do artigo 6.º, incisos VI e VIII, que efetivam como direitos básicos do consumidor a adequada prevenção e reparação de danos patrimoniais, morais, individuais, coletivos e difusos, bem como a facilitação da defesa de seus direitos por parte dos usuários, inclusive invertendo o ônus da prova.

Ainda, no artigo 7.º, *caput*, percebe-se que a lei não exclui outros direitos do consumidor previstos em instrumentos normativos dispersos. Assim, pode-se concluir que o Código de Defesa do Consumidor não exclui a incidência, por exemplo, dos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil. Por sua vez, o parágrafo único do artigo 7.º ainda permite a responsabilização solidária quando a agressão ao direito tutelado possuir mais de um autor.

Desse modo, no contexto normativo, desconsiderando momentaneamente o artigo 19 do Marco Civil da Internet, é possível responsabilizar os provedores de redes sociais por danos causados por conteúdos de usuários classificando o episódio como responsabilidade pelo fato ou defeito do serviço, conforme o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, ou como responsabilidade civil culposa pelo artigo 927 do Código Civil, além de responsabilidade objetiva pelo risco da atividade, conforme o parágrafo único do mesmo artigo, esta última hipótese, inclusive, já abordada anteriormente no presente trabalho. (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2022).

Assim, considerando a natureza de redes sociais como o “Facebook” ou o “X” (antigo “Twitter”, os conteúdos não possuem um destinatário específico, mas ficam abertos aos usuários gerais, ainda que em alguns casos as configurações de privacidade permitam a limitação da visualização. Outras redes, como o “Whatsapp” possuem uma produção mais direcionada, e em alguns casos podem ser abertas ao público. No entanto, em ambos os casos,

ante a liberdade de utilização do serviço, geram possíveis discursos violadores de direitos alheios.

Dessa forma, o dever imposto aos provedores é o de garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados dos usuários, bem como a manutenção do funcionamento adequado dos ambientes virtuais e a moderação nas comunidades criadas pelos usuários, e a não observância desses deveres leva à incidência do artigo 14, da Lei n.º 8.078/90.

Ainda, existe a possibilidade de aplicação do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, nos casos em que não se estiver diante de um defeito, mas sim de sequências de atos exercidos de maneira concatenada e habitual, destinados a uma atividade, e que gerem riscos especiais e destacados, “inclusive concernente a aspectos específicos da organização da atividade em comparação a outras atividades, aos direitos de outrem, e que os prejuízos advenham exatamente dessa circunstância”. (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2022).

Fernando ainda completa:

“Assim, o dispositivo em comento não se restringe a certas atividades perigosas em si ou de periculosidade adquirida, à semelhança do defeito na prestação dos serviços prevista no Código de Defesa do Consumidor, mas não se amplia demasiadamente para abarcar o mero exercício de atividades organizadas que geram algum tipo de risco ordinário e consequente dano.”

Logo, é inegável que a responsabilidade civil dos provedores poderia ser tratada sob a óptica da geração de riscos excepcionais a interesses jurídicos relevantes, sejam eles individuais ou coletivos, além de se ater à necessidade de indução de medidas preventivas para evitar que tais interesses sejam feitos vulneráveis, fundamentos que infelizmente foram distanciados pelo artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Para além disso, disciplina o artigo 187 do Código Civil, que o titular de um direito que no seu exercício ultrapassar de modo manifesto os limites estabelecidos, sejam econômicos, sociais, de boa-fé ou bons costumes, também incorre em ato ilícito e consequentemente sujeita-se à responsabilidade civil.

No caso dos provedores, a rigor do artigo 19 do Marco Civil da Internet, eles estão protegidos de serem responsabilizados por danos causados por conteúdos gerados por seus usuários, a não ser que desobedeçam uma ordem judicial, conferindo a eles, o direito de se

manterem inertes durante o conhecimento extrajudicial de determinado ilícito, podendo dessa forma, agir como bem entenderem frente a ele.

Contudo, retomando o termo destacado anteriormente, isto é, o trecho do artigo 19 que refere “ressalvadas as disposições legais em contrário”, quando determinado conteúdo gerado por um usuário de rede social for flagrantemente ilícito e sua natureza seja concreta ou potencialmente danosa, a falta de ação dos provedores, uma vez cientes dessa circunstância, decorrente de notificação extrajudicial ou semelhante, não pode ser tolerada sob pena de atentar contra a finalidade social do dispositivo.

Por esta perspectiva, o interesse social em combater a circulação de conteúdos ilegais deve prevalecer sobre o direito dos provedores de lidarem com a situação de acordo com os próprios entendimentos, ao passo que a ausência de medidas adequadas frente aos conteúdos ilícitos pode acarretar em abuso de direito.

Nesse sentido, cabe trazer a matéria do jornal Estadão, escrita pela jornalista Alessandra Monnerat em dezembro de 2020, na qual se expõe que nas eleições municipais do ano de 2020, apenas 34% das notificações realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre “fake News” foram atendidas por parte dos provedores das redes sociais “Facebook”, “Instagram”, “YouTube”, “TikTok” e “Twitter” (atual “X”); sendo que 21% dos materiais apontados foram sinalizados como controversos e 13% indisponíveis, mesmo o TSE tendo firmado acordo com os provedores de apoio no combate à desinformação.¹⁵

Vê-se neste exemplo que mesmo as advertências de um Tribunal Superior não são atendidas pelos provedores, quanto mais as dos usuários vítimas de ilícitos no meio virtual, expostas à vazamentos de dados sensíveis ou ofensas aos direitos da personalidade.

De igual sorte, a remoção injustificada de conteúdos lícitos por parte dos provedores também configura abuso de direito, isto quando agirem visando somente se protegerem de eventual responsabilização, sem ser aferido de maneira satisfatória a ilicitude ou não dos materiais, sendo neste caso uma clara violação do direito à liberdade de expressão. (BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira, 2022).

Do exposto, conclui-se que existe margem para responsabilização dos provedores pela falta de tratamento adequado às reclamações extrajudiciais acerca de possíveis conteúdos ilícitos gerados por usuários, podendo incidir em dispositivos do Código de Defesa do

¹⁵ MONNERAT, Alessandra. “Redes sociais ignoraram 66% dos alertas do TSE”. In: O Estado de São Paulo [s.l.], 27 de dezembro de 2020. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,redessociais-ignoraram-66-dos-alertas-do-tse,70003563468>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Consumidor ou até mesmo da responsabilidade civil, de modo que essa possibilidade extraí-se da interpretação do próprio artigo 19 do Marco Civil da Internet.

4.3 Contrarreações jurídicas: o entendimento dos tribunais na aplicação da lei e responsabilização do ofensor

Ao final, resta verificar o entendimento dos tribunais brasileiros e a compatibilidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet com a Constituição Federal e demais leis ordinárias.

Para tanto, cabe analisar o julgamento do Supremo Tribunal Federal, ainda pendente de trânsito em julgado, do Recurso Extraordinário 1.037.396, também chamado de Tema de Repercussão Geral 987. No voto-vista do Ministro Luís Roberto Barroso, houve a sugestão dos seguintes critérios:

STF - Decisão: Após o voto-vista do Ministro Luís Roberto Barroso (Presidente), que negava provimento ao recurso e propunha a fixação da seguinte tese (tema 987 da repercussão geral): “1. O art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), que exige ordem judicial específica para a responsabilização civil de provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, é parcialmente inconstitucional. Há um estado de omissão parcial que decorre do fato de que a regra geral do art. 19 não confere proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância (proteção de direitos fundamentais e da democracia). 2. Enquanto não sobrevier legislação, em interpretação conforme à Constituição, a responsabilização civil de provedores de aplicações de internet deve se sujeitar ao seguinte regime: 2.1 O regime de decisão judicial e retirada do art. 19 do Marco Civil da Internet aplica-se a alegações de ofensas e crimes contra a honra e outros ilícitos cíveis e conteúdos residuais. 2.2. O regime de notificação extrajudicial e retirada, do art. 21 do MCI, deve ser estendido para crimes (exceto crimes contra a honra). 2.3. No caso de anúncios e impulsionamentos, presume-se o conhecimento do ilícito desde a aprovação da publicidade pela plataforma, sendo possível a responsabilização independente de notificação, salvo quando a plataforma comprove que atuou diligentemente e em tempo razoável para indisponibilizar o conteúdo. 3. A responsabilidade civil nesses regimes é subjetiva. Em todo caso, os provedores não poderão ser responsabilizados civilmente quando houver dúvida razoável sobre a ilicitude dos conteúdos. 4. Os provedores de aplicações de internet deverão manter um sistema de notificações, definir um devido processo e publicar relatórios anuais de transparência em relação a notificações extrajudiciais e anúncios e impulsionamento. 5. Além disso, os provedores de aplicações de internet estão

submetidos a um dever de cuidado de que decorre a obrigação de prevenir e mitigar riscos sistêmicos criados ou potencializados por suas atividades. As plataformas devem atuar proativamente para que estejam livres dos seguintes conteúdos extraordinariamente nocivos: (i) pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes; (ii) induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação; (iii) tráfico de pessoas; (iv) atos de terrorismo; (v) abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. A responsabilização nesses casos pressupõe uma falha sistêmica, e não meramente a ausência de remoção de um conteúdo. 6. Quanto ao dever de mitigação de riscos sistêmicos, caberá ao Congresso Nacional regular o tema, inclusive com definição de sanções e órgão regulador independente e autônomo, a ser criado”, pediu vista dos autos o Ministro André Mendonça. Plenário, 18.12.2024.

O referido tema de repercussão geral surge do caso de um usuário que solicitou ao provedor de aplicação a remoção de conteúdo prejudicial à sua honra, postado na rede social disponibilizada pelo provedor por outro usuário. A controvérsia debatida se concentra, justamente, no objeto de discussão do presente trabalho de conclusão de curso.

Como se observa do voto do Ministro Barroso, existe o entendimento na corte pela parcial inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet no que tange a exigência de desobediência de decisão judicial para responsabilização do provedor. Entretanto, ainda que relevantes, os apontamentos do Ministro não sanam completamente os problemas apontados ao longo da pesquisa.

Não obstante reconheça a omissão parcial do dispositivo em tutelar bens jurídicos de alta relevância, a tese proposta pelo Ministro mantém o procedimento de necessidade de decisão judicial para responsabilizar o provedor por inércia no tratamento de ofensas, crimes contra a honra e outros ilícitos cíveis e conteúdos residuais.

De outra banda, o Ministro Barroso propõe que o regime de responsabilização por notificação extrajudicial previsto no artigo 21 do Marco Civil da Internet, que originalmente versa sobre a divulgação de conteúdos íntimos, como materiais de nudez, seja estendido para situações de crimes tipificados na legislação brasileira (exceto os contra a honra). Ainda, sugere que conteúdos impulsionados e anúncios, sejam responsabilizados independentemente de notificação, uma vez que se presumem aprovados antes da divulgação na rede.

Dessa análise, cabe referenciar o entendimento do autor Anderson Schreiber (2021), que argumenta que a responsabilização adotada pelo Marco Civil da Internet é inconstitucional, pois viola o artigo 5.º, incisos X e XXXV, da Constituição Federal. Ressalta Anderson que a exigência de decisão judicial transforma o acesso à justiça em um dever da vítima, porque sem

demanda judicial não há como responsabilizar o provedor, diminuindo a busca pelo direito do usuário ofendido. Além disso, Schreiber tece uma crítica pertinente quando se põe em perspectiva o voto do Ministro Barroso, apontando que existe uma proteção desigual a alguns direitos sobre outros de mesma relevância, como por exemplo os crimes contra honra que no entendimento do Ministro devem ser sujeitados ao procedimento de responsabilização pós-descumprimento de decisão judicial, enquanto para outros crimes basta a notificação extrajudicial.

No mesmo sentido, manifesta-se João Quinelato de Queiroz (2019), que protesta pela inconstitucionalidade em razão da falta de garantia de reparação integral dos danos à honra, à imagem, à privacidade, e à dignidade da pessoa humana, entendendo que a legislação prefere tutelar o direito patrimonial do autor e dificultar o livre acesso à justiça.

Embora os posicionamentos legítimos, o dispositivo em análise não disciplina a supressão da garantia da imagem, honra e privacidade, apenas prevê uma situação especial de responsabilidade. Observa-se que a liberdade de expressão, em seu caráter de direito fundamental e essencial, inspirou o legislador a estabelecer um regime de responsabilidade especial pensando em sua proteção. Entretanto, ao legislar dessa maneira, permitiu-se a vulneração do usuário enquanto consumidor, deixando os demais direitos, como os da personalidade, expostos.

Boa parte dos provedores de redes abertas (“Facebook”, “YouTube”, etc.) utiliza de uma manipulação na apresentação dos conteúdos gerados por terceiros, buscando conquistar espaço no interesse dos demais usuários de forma personalizada ao gosto pessoal de cada um, potencializando o engajamento e buscando aumentar ainda mais a geração de receitas econômicas, que em contra partida, potencializa a disseminação das chamadas “*fake News*” e outros conteúdos ilícitos.

Válido mencionar que esses provedores têm trabalhado para manter a atividade economicamente lucrativa e a salvo de maior regulamentação estatal, implementando em suas redes novos mecanismos de detecção e tratamento de conteúdos ilícitos, como meios de remoção e esclarecimentos acerca de fatos inverídicos, demonstrando que estão cientes dos perigos e da necessidade do controle no compartilhamento de materiais danosos em massa.

Logo, os provedores não podem ser tratados como meros agentes neutros, pois interferem diretamente no espaço virtual, e portanto no exercício das manifestações realizadas, de modo que plenamente cabível a aplicação do instituto da responsabilidade civil na busca pela proteção dos direitos violados no uso impróprio da liberdade de expressão.

Por isso, para Fernando Henrique de Oliveira Biolcati (2022), na presença de prejuízos individuais ou coletivos, os provedores devem responder de acordo com a parcela de participação na causa do dano ocorrido, inclusive quanto à sua extensão, podendo responder solidariamente conforme o artigo 942 do Código Civil, quando indiciosa a participação porém sem identificação exata.

Fernando ainda completa:

“O dano, tal como verificado no caso concreto, não é produzido apenas pelo usuário, contando, também, com a participação do provedor, por ação e/ou omissão. A imputação do dever de indenizar, sem vinculação ao desrespeito a ordem judicial de remoção, alicerça-se no princípio da responsabilização dos agentes de acordo com as suas atividades, especificação no Marco Civil da Internet de princípio constitucional, e na ressalva de aplicação das disposições em contrário, previstas no artigo 19, da Lei.”

Ainda, na hipótese de remoção equivocada de conteúdo ou sinalização controversa sobre ele, sem nenhuma ilicitude aparente, é cabível a responsabilização dos provedores por vício de qualidade do serviço, porque neste caso incidirá em uma inadequação a sua destinação originária esperada pelo usuário, configurando portanto, na forma prescrita no artigo 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Portanto, a análise do julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet evidencia a necessidade urgente de um equilíbrio entre a proteção dos direitos fundamentais e a responsabilidade dos provedores de aplicações de internet. Embora o voto do Ministro Luís Roberto Barroso reconheça a parcial inconstitucionalidade do dispositivo, a manutenção da exigência de decisão judicial para a responsabilização dos provedores em casos de ofensas e crimes contra a honra ainda limita o acesso à justiça para os usuários lesados.

Finalmente, é imperativo que os provedores sejam considerados agentes ativos na moderação de conteúdo, responsabilizando-se não apenas pela inércia, mas também pela sua participação na disseminação de informações prejudiciais. A regulamentação mais robusta e equitativa, que leve em conta a complexidade do ambiente digital e a vulnerabilidade dos usuários, é essencial para garantir a efetividade dos direitos individuais e coletivos, promovendo um espaço virtual mais seguro e justo.

5. Considerações Finais

O presente trabalho analisou os limites da liberdade de expressão à luz da responsabilidade civil brasileira e do Marco Civil da Internet, destacando a importância de um equilíbrio entre esse direito fundamental e a proteção dos direitos da personalidade no contexto digital contemporâneo. A pesquisa demonstrou que, embora a liberdade de expressão seja um pilar essencial da democracia, seu exercício deve ser moderado por considerações decorrentes da responsabilidade civil, especialmente em um ambiente tão propenso a abusos como a internet.

Além disso, é importante ressaltar que a liberdade de expressão, embora fundamental, encontra limites em outros direitos e garantias constitucionais. A Constituição Federal de 1988 assegura direitos como a inviolabilidade da honra e da imagem (art. 5º, X), a proteção à intimidade (art. 5º, XII) e a proibição de discursos de ódio (art. 3º, IV). Ainda, do texto constitucional se extrai que o exercício da liberdade de expressão exige uma contrapartida, haja vista a vedação expressa ao anonimato, situação que por vezes se perpetua nos ilícitos praticados no ambiente virtual e que merece a atenção das autoridades legais.

Logo, a atuação do Estado deve ser balizada pelos direitos mencionados no parágrafo anterior, sendo essenciais para proteger a sociedade contra possíveis abusos suportados, garantindo que a liberdade de expressão não seja utilizada para deslegitimar ou ferir outros direitos fundamentais.

Válido observar também, que ante a dinâmica da sociedade, não é possível fugir do eventual conflito entre princípios constitucionais e outros direitos, sendo fundamental que o julgador, ao se deparar com lides desta natureza, busque a solução de forma equilibrada e justa, utilizando-se da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a avaliar se a restrição de um direito é adequada, necessária e proporcional ao fim buscado, sem deixar, é claro, de fundamentar a decisão em critérios lógicos e sustentados pelas normas vigentes.

Ainda neste seguimento, possui o julgador a autonomia para ponderar a essencialidade do interesse questionado, permitindo assim que ele analise as circunstâncias específicas do caso e busque equilíbrio na solução do conflito, sem deixar de perseguir o respeito à dignidade da pessoa humana, valor fundamental consagrado na Constituição Federal, de modo que a solução apresentada pelo julgador deve não apenas respeitar os direitos em conflito, mas também promover um ambiente de convivência harmoniosa, inclusive na internet.

Os resultados do trabalho indicam que o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) representa um avanço significativo na regulação das interações online, oferecendo diretrizes

para a responsabilização de provedores e usuários. Este marco legal estabelece que a liberdade de expressão não é um direito absoluto, permitindo a responsabilização civil por conteúdos que causem danos à honra e à dignidade de terceiros.

No entanto, o modelo regulatório oferecido pelo Marco Civil da Internet ainda merece aperfeiçoamento, pois ao possibilitar a responsabilização dos provedores apenas após o descumprimento de uma decisão judicial, o legislador confere às pessoas jurídicas, que se beneficiam da atividade econômica desenvolvida na internet, uma proteção jurídica que não se justifica, ao mesmo tempo em que expõe o elo mais fraco desta relação, o usuário da rede mundial de computadores, aos perigos possíveis de serem suportados no ambiente virtual.

A análise do entendimento do Supremo Tribunal Federal e de casos práticos revelou que os tribunais brasileiros têm buscado proteger os direitos personalíssimos, ao mesmo tempo em que garantem o exercício da liberdade de manifestação, evidenciando a necessidade de um tratamento equilibrado entre esses direitos.

A pesquisa também destacou a relevância de se considerar o contexto social e tecnológico em que a liberdade de expressão é exercida. A popularização das redes sociais e o anonimato proporcionado pelo ambiente virtual aumentam a incidência de condutas abusivas, tornando imprescindível a atuação do Estado e dos provedores para garantir a responsabilização efetiva por abusos. A falta de mecanismos adequados para a identificação de usuários e a remoção de conteúdos prejudiciais perpetua um ciclo de impunidade que deve ser urgentemente abordado.

Das hipóteses formuladas no projeto, foi possível confrontar a liberdade de expressão como direito absoluto, demonstrando que o caráter fundamental e essencial deste direito não autoriza que seu exercício pelos usuários da rede mundial de computadores exceda os direitos personalíssimos de outrem. Assim, conclui-se que os mecanismos da responsabilidade civil e do Marco Civil da Internet desempenham uma função crucial na contenção dos abusos praticados no processo de manifestação do pensamento na esfera virtual.

Dos aspectos analisados no presente texto, urge destacar o tópico referente à responsabilidade civil dos provedores de redes sociais, a qual merece especial reavaliação, considerando sua função como intermediários na comunicação digital e os riscos que suas plataformas podem gerar. A inércia frente a conteúdos ilícitos, especialmente quando notificados, não pode ser tolerada, pois compromete a eficácia das normas que visam proteger os usuários. Portanto, é imprescindível que o Estado atue na regulamentação dessas plataformas, garantindo que os provedores cumpram seu papel social de moderar conteúdos prejudiciais.

Observa-se que o conteúdo ofensivo disseminado nas redes sociais representa um desafio significativo para a convivência social e a proteção dos direitos individuais na era digital. A análise das implicações do dano moral coletivo e do dano social revela que as ofensas virtuais não apenas afetam indivíduos, mas também comprometem valores fundamentais da sociedade, exigindo uma resposta adequada do ordenamento jurídico. O Marco Civil da Internet, embora busque equilibrar a liberdade de expressão e a proteção dos direitos da personalidade, apresenta lacunas que permitem interpretações ambíguas e, por vezes, favorecem a impunidade dos agressores.

Ainda, cabe ressaltar que a regulamentação cobrada não se confunde com censura prévia, tratando-se de critérios claros e assertivos na repressão, prevenção e reparação dos danos causados, devendo se observar os princípios constitucionais, inclusive no sentido de permitir a manifestação dos usuários livremente, mas de garantir que havendo abuso no exercício da liberdade de expressão, a resposta estatal, assegurada na legislação, será suficiente e necessária, inclusive em casos onde houver a remoção de conteúdo lícito de maneira equivocada, porque neste caso o direito à liberdade de expressão estaria sendo atacado.

Assim, a construção de um ambiente online mais seguro e respeitoso depende de uma atuação conjunta entre legisladores, provedores e usuários, com o objetivo de coibir abusos e promover a dignidade humana, assegurando que a liberdade de expressão seja exercida de forma responsável e em consonância com os direitos de todos os indivíduos na esfera virtual.

Diante do exposto, recomenda-se que o legislador brasileiro revise e amplie as disposições do Marco Civil da Internet, de modo a incluir medidas que incentivem a responsabilização ativa dos provedores e a proteção dos direitos dos usuários. Sugere-se também a implementação de campanhas educativas sobre o uso responsável da internet, promovendo uma cultura de respeito e responsabilidade nas interações online.

Em suma, este trabalho contribui para o debate acadêmico e jurídico acerca da liberdade de expressão e da responsabilidade civil na era digital, ressaltando a necessidade de um marco regulatório que proteja tanto a liberdade de manifestação quanto os direitos de personalidade, essenciais para a convivência harmoniosa em uma sociedade democrática.

6. Referências

BARROSO, Luís R. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.211. ISBN 9786553624788. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624788/>. Acesso em: 26 mai. 2025.

BIOLCATI, Fernando Henrique De O. Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais. (Coleção Direito Civil Avançado). São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. p. Capa. ISBN 9786556276410. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276410/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BIOLCATI, Fernando Henrique de Oliveira. **Internet, “fake news” e responsabilidade civil**. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/jabfo/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso/Monografias%20para%20usar%20de%20base/FERNANDO%20HENRIQUE%20DE%20OLIVEIRA%20BIOLCATI.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 559, 17 jan. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6183/do-dano-moral-coletivo-no-atual-contexto-juridico-brasileiro>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mai. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3. Turma). **Recurso Especial 1.641.133/MG. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. GOOGLE. YOUTUBE. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTEÚDO REPUTADO OFENSIVO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO PROVEDOR. NOTIFICAÇÃO**

JUDICIAL. DESCUMPRIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA COM OFENSOR. REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. Recorrente: Google Brasil Internet LDTA. Recorrido: Osmar Martins. Relatora: Min. NANCY ANDRIGHI, 01 de agosto de 2017. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201602182297&dt>. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Responsabilização civil de provedores por conteúdo ilícito gerado por terceiros [recurso eletrônico]: bibliografia, legislação e jurisprudência temática**. Supremo Tribunal Federal. 2. ed. Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. eBook. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/R/esponsabilizacao_civil_2.pdf. Acesso em 24/05/2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 987**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5160549>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 995**. Controvérsia relativa à liberdade de expressão e ao direito à indenização por danos morais, devidos em razão da publicação de matéria jornalística na qual terceiro entrevistado imputa a prática de ato ilícito a determinada pessoa. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2024]. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5263701&numeroProcesso=1075412&classeProcesso=RE&numeroTema=995>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 26 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)**. Dispõe sobre a proteção da liberdade de expressão, a privacidade e os dados pessoais, e regula o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 26 mai. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet, reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Zahar, set-03. p. 13-19.

CHARLEAUX, Lupa; e TOLEDO, Victor. **“O que é TCP/IP? Saiba como funcionam os protocolos de comunicação da internet”**. Tecnoblog, 2024. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-tcp-ip/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. França, 1789. Disponível em: https://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/DECLARAC%C3%87%C3%83O%20DE%20DIREITOS%20DO%20HOMEM%20E%20DO%20CIDAD%C3%83O%20-%201789%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf. Acesso em: 26 mai. 2025.

ESTADOS UNIDOS. **Constituição dos Estados Unidos da América**. Disponível em: <https://www.senate.gov/about/origins-foundations/senate-and-constitution/constitution.htm>. Acesso em: 26 mai. 2025.

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito civil: responsabilidade civil**. 1. ed. Porto Alegre: Educ, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FILHO, Manoel Gonçalves F. **Princípios fundamentais do direito constitucional**. 4th ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2015. E-book. p.43. ISBN 9788502220775. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502220775/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FILHO, Sergio C. **Programa de Responsabilidade Civil - 16ª Edição 2023**. 16th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.207. ISBN 9786559775217. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775217/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

GONÇALVES, Carlos R. **Responsabilidade Civil - 23ª Edição 2024**. 23rd ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.507. ISBN 9786553629479. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629479/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

LEMONS, Ronaldo. “**Uma breve história da criação do Marco Civil**”. In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de (coords.). *Direito e Internet III – tomo I: Marco Civil da internet (Lei n. 12.965/2014)*, São Paulo: Quartier Latin, 2015, pp. 79-100. pp. 82-98.

LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil. (Coleção textos filosóficos)**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9789724422343. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724422343>. Acesso em: 17 mai. 2025.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional: curso de direitos fundamentais**. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Gen, Método, 2008.

MILL, John S. **Sobre a liberdade. (Coleção textos filosóficos)**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2016. E-book. p.101. ISBN 9789724422398. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724422398>. Acesso em: 17 mai. 2025.

MONNERAT, Alessandra. “Redes sociais ignoraram 66% dos alertas do TSE”. In: *O Estado de São Paulo* [s.l.], 27 de dezembro de 2020. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,redessociais-ignoraram-66-dos-alertas-do-tse,70003563468>. Acesso em: 04 jun. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. “**O que foi a Guerra Fria?**”. National Geographic Brasil, 07 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/11/o-que-foi-a-guerra->

[fria#:~:text=A%20Guerra%20Fria%20foi%20um,e%20outro%20alinhado%20ao%20comunis](#)
mo. Acesso em: 22 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica)**. 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 24 mai. 2025.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 24 mai. 2025.

PEREIRA, Caio Mário da S. **Responsabilidade Civil - 13ª Edição 2022**. 13th ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. p.127. ISBN 9786559644933. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644933/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

QUEIROZ, João Quinelato de. **Responsabilidade civil na rede, danos a liberdade à luz do marco civil da internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 08 abr. 2025.

SCHREIBER, Anderson; MORAES, Bruno Terra de; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de (coord.). **Direito e mídia: tecnologia e liberdade de expressão**. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2025.

SILVA, Flávio Murilo Tartuce. **Reflexões sobre o dano social**. 2008. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/reflexoes-sobre-o-dano-social/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

SUNSTEIN, Cass R. **"Beyond the Republican Revival"**. In: Yale Law Journal, New Haven, nº 97, 1998, pp. 1539-1590. Disponível em https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=12192&context=journal_articles. Acesso em: 17 mai. 2025.

SUNSTEIN, Cass R. **Freedom of Expression and the Future of the First Amendment**. In: *The First Amendment: An Overview*. New York: Oxford University Press, 2007.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. **Responsabilidade civil e liberdade de expressão no Marco Civil da Internet: a responsabilidade civil dos provedores por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros**. Rio de Janeiro: Revista de Direito Privado, v. 16, n. 63, p. 59–83, jul./set., 2015. Disponível em: <https://editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2015/12/A-responsabilidade-civil-do-provedor-de-aplicacoes-de-internet.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.

THOMPSON, Marcelo. “**Marco civil ou demarcação de direitos? Democracia, razoabilidade e as fendas na internet do Brasil**”. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 261, 2012, pp. 203-251. p. 215. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/8856/7678>. Acesso em: 24 mai. 2025.

U.S., Supreme Court. **Brandenburg v. Ohio, 395 U.S. 444 (1969)**. June 9, 1969. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/395/444/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. “**Responsabilidade civil dos provedores de Internet e a proteção da imagem**”. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, ano 4, nº 3, 2018, pp. 679-717. Disponível em https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/3/2018_03_0679_0717.pdf. Acesso em: 24 mai. 2025.